

## **ATA Nº 142**

### **Assembleia-Geral Ordinária**

**19 de outubro de 2014**

Aos dezanove dias do mês de outubro de dois mil e catorze realizou-se a Assembleia Geral Extraordinária da Federação de Ginástica de Portugal (FGP), que teve lugar no Auditório da FGP – Estrada da Luz, nº 30 A, em Lisboa, pelas 14h30 minutos, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**Um – Alteração à configuração do Conselho de Ajuizamento (propostas da Direção já analisadas em duas Assembleias Gerais anteriores mas não aprovadas por falta de quórum);**

**Dois – Conformação dos Estatutos da FGP ao novo Regime Jurídico das Federações Desportivas, cujo prazo legal termina no dia 21 de outubro.**

A Assembleia Geral foi declarada aberta pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral (AG), **Francisco Sousa Coutinho**, após verificação do quórum de funcionamento, nos termos legais e regulamentares e passou diretamente para a Ordem de Trabalhos.

**Ponto Um – Alteração à configuração do Conselho de Ajuizamento (propostas da Direção já analisadas em duas Assembleias Gerais anteriores mas não aprovadas por falta de quórum).**

O **Presidente da FGP, João Paulo Rocha**, explicou que a necessidade de convocar uma Assembleia Geral com urgência se deveu ao facto de o IPDJ ter avisado, em finais de Junho, da necessidade de alteração dos Estatutos e se ter verificado uma grande atividade desportiva nos meses de Junho e Setembro. Desejou ainda rápidas melhoras ao Delegado que sofreu um grave acidente e por isso não pode estar presente.

O **Presidente da Mesa da AG** propôs passar ao número um da Ordem de Trabalhos, cujo tema já foi discutido em duas Assembleias anteriores e não votada por falta de quórum.

Nenhum Delegado tomou a palavra quanto à proposta em discussão, o Presidente da FGP referiu que a Direção já expôs este assunto anteriormente, não tendo nada de novo a acrescentar à proposta apresentada.

O Delegado **Paulo Chora** disse que nas duas propostas da Direção está prevista a revogação do artigo 78º, o que não faz sentido, porque deste modo se anulam. Propõe retirá-la na primeira.

O **Presidente da FGP** diz que não se opõe, esclarece que se trata apenas de um anacronismo, concordando em retirar o artigo da primeira proposta.

O Delegado **Igor Ferreira** perguntou se O Observatório de Ajuizamento também vai ser falado.

O Presidente da FGP, **João Paulo Rocha**, afirmou que houve um esquecimento, mas não vê necessidades de incluir, mais tarde pode voltar a falar-se.

A Delegada Sónia Ferreira disse que era importante entender o figurino que vai ser utilizado, saber qual a composição do Observatório. Pediu esclarecimentos sobre o artº 34 sobre cooptação e se os números 1 e 2 se aplicam ao Conselho de Ajuizamento.

O Presidente da FGP respondeu que achava que esse assunto já havia sido falado em AG anteriores, mas esclareceu que a Direção não alterou a sua proposta. Não está previsto a cooptação ser ratificada, mas poderá ser ratificada pela Assembleia, se for feita essa alteração na proposta.

A Delegada Sónia Ferreira disse que a cooptação tem que ser ratificada.

O Presidente da FGP sugeriu que fosse introduzida essa alteração.

O Delegado António Agostinho disse entender que deve ser retirado.

O Presidente da FGP disse que a Direção alterava a proposta, de forma a incluir a ratificação.

O Delegado Nuno Aniceto pediu esclarecimento sobre a situação de o Presidente sair, se nesse caso teria de realizar-se eleições, o que foi confirmado.

A Delegada Sónia Ferreira disse que o mais lógico seria criar um ponto autónomo para esta questão.

O Presidente da Mesa da AG propôs que fosse alterado o artigo nº3, criado um novo artigo 4º, passando o artº4º a 5º e o artº5º a 6º. E propôs que fosse então submetida à votação a proposta revista e aceite pela Direção da FGP.

A Delegada Sónia Ferreira pediu que no artº 4º a correção fosse " ...no caso de vacatura".

O Delegado António Agostinho questionou se a proposta a ser votada era feita pela Direção ou pelo Presidente, tendo João Paulo Rocha esclarecido que a proposta era da Direção, de acordo com a lei.

O Delegado Igor Ferreira perguntou se no caso de o Presidente sair se realizarão eleições.

O Presidente da Mesa da AG confirmou que sim e pôs a proposta a votação, verificando-se:

Votos a Favor – 25 (vinte e cinco)

Votos Contra – 0 (zero)

Abstenções – 0 (zero)

Sendo assim aprovada por unanimidade.

O Delegado Nuno Aniceto solicitou que ficasse registada a declaração de que anteriormente esteve contra a proposta da Direção mas dizia respeito ao Regulamento, por isso agora votou a favor.

O Presidente da Mesa da AG questionou os Delegados sobre a existência de alguma proposta de alteração ao artº 60º para que esta questão ficasse clarificada.

O Delegado António Agostinho questionou porque é que não se podia incluir um representante de cada disciplina.

8

O **Presidente da FGP** esclareceu que, para além de se pretender ultrapassar as dificuldades dos suplentes em maior número, existir a questão de não haver obrigatoriedade de os elementos serem juízes.

Realizou-se então nova votação, em relação ao artº 60º, que foi aprovado pela totalidade dos 25 (vinte e cinco) Delegados presentes.

Passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

**Dois – Conformação dos Estatutos da FGP ao novo Regime Jurídico das Federações Desportivas, cujo prazo legal termina no dia 21 de outubro.**

O **Presidente da FGP, João Paulo Rocha** referiu que não se recorda de nenhuma alteração proposta que não seja a transcrição direta da lei, por isso o que, eventualmente, haverá a discutir será a forma como está formulada. A alteração do prazo para 180 dias foi efetuada para coincidir com o prazo eleitoral.

O **Presidente da Mesa da AG** passou a ler todas as alterações propostas, tendo entretanto o **Presidente da FGP** proposto que quanto à terminologia a utilizar no documento seja mantida a terminologia utilizada pela lei.

O Delegado **António Agostinho** referiu que não encontra paralelo na lei com a segunda alteração proposta, ao que o **Presidente da FGP** esclareceu que são delegadas competências nas Associações, que estão inscritas nos contratos programa.

O **Presidente da FGP** referiu que o artº 8º, nº 1 é revelador das delegações de competências.

O Delegado **António Agostinho** referiu que não vê no nº 2 uma extensão da alínea c), mas sim uma repetição.

O **Presidente da FGP** disse que é um reforçar do que pode ser a ação e liberdade de ação das Associações e à pergunta do Delegado **António Agostinho** sobre quando era feita a delegação de competências, respondeu que é feita anualmente, tal como está referido no sítio da FGP. Infelizmente, como a Administração Pública não atua até Abril, tudo é feito em duodécimos, e por isso a FGP tem de fazer o mesmo, uma vez que só pode avançar quando os contratos programa são assinados.

Questionado pelo Delegado **José Jesus** sobre se o termo 'Associações Territoriais' era uma questão geográfica por distrito, respondeu que não e esclareceu ainda o mesmo Delegado que o artº 13º, 1º, cujo sentido este não entendia, era igual ao que estava definido na legislação, tratando-se de uma questão de responsabilidade civil. Também o nº 2 está de acordo com a lei, embora faça sentido ser a responsabilidade da FGP e dos titulares dos seus órgãos.

Em relação ao artº 14º, o Delegado **Paulo Chora** referiu entender que o prazo poderia ser reduzido para 5 dias, ou outro acordado, e não ir até ao máximo previsto pela lei, ao que o **Presidente da FGP** respondeu não ser prudente, porque existem casos mais intricados, por exemplo contas ou questões disciplinares, e o que está proposto no prazo é "até".

O **Presidente da Mesa da AG** continuou a leitura das propostas de alteração até ao artº 35º sem que qualquer questão fosse levantada pelos Delegados.

Relativamente ao artº 35, o Delegado **Paulo Chora** questionou se a candidatura a outros órgãos não pressupõe a candidatura a Presidente.



O Delegado **António Agostinho** referiu que a mudança do nº1 para o nº 2 não diz como é eleito o Presidente, a forma de eleição e que deveria introduzir o “sufrágio direto”.

O Presidente da FGP disse que poderia clarificar-se a questão e introduzir no nº2 a eleição por sufrágio direto e secreto.

O Delegado **José Jesus** referiu que só no Conselho de Disciplina e Justiça se aplica o método de Hondt.

A Delegada **Sónia Ferreira** sugeriu acrescentar “(...)”, procedendo-se à sua eleição por sufrágio direto e secreto” e ainda, relativamente ao artº 37º referiu que o nº1 deverá ser o artºs 1 e 2 do Artº 35º.

O Delegado **António Agostinho** levantou a dúvida quanto à incongruência do nº3 quanto ao valor de 10% referido, e ficou esclarecido.

Relativamente ao artº 51º, 1º, a Delegada **Sónia Ferreira** sugeriu acrescentar, tal como na lei, “(...) nos termos estatutários”, tendo a Direção da FGP concordado, e o Delegado **Paulo Chora** perguntou se não se deveria referenciar um número limite de membros da Direção, tendo sido esclarecido pelo Presidente da FGP que tal está previsto no artº 53º.

O Delegado **José Jesus** referiu que o artº 50º, nº2, c) “(...) organizar as competições desportivas e provas nacionais” não é claro e foi aceite, por proposta do Presidente da FGP que fosse substituído pelo texto “organizar eventos nacionais e internacionais e autorizar participar em eventos internacionais disputados fora do país”.

Foram apontadas algumas gralhas de pontuação até final do texto e o Presidente da Mesa da AG questionou os Delegados sobre eventuais comentários à proposta revista.

A Delegada **Sónia Ferreira** mencionou que, relativamente ao artº 27º das Incompatibilidades, anteriormente o regime elencava as incompatibilidades, não excecionando a AG. No agora proposto, excecionou-se quanto às alíneas b) e c). Não se estará a desrespeitar, por excesso, o regime jurídico?

O Presidente da FGP chamou a atenção para o facto de ser inexequível por igual à lei, o que foi feito foi adaptar a proposta à realidade da FGP, o que está a ser feito é um alerta, qualquer problema volta à Assembleia.

O Delegado **Rui Martins** lembrou que na proposta anteriormente apresentada o artº 77º era revogado, o que não acontecia com a presente.

O Delegado **António Agostinho** perguntou se havia uma imposição para que se realizassem eleições depois destas alterações, ao que o Presidente da FGP respondeu que não, o preâmbulo da lei é claro quanto a isso e esclareceu ainda o Delegado **Igor Ferreira** quanto à data de entrada em vigor da alteração do Conselho de Ajuizamento, que será nas próximas eleições, que por sua vez referiu gostar de ver discutida a nova eleição deste Órgão na próxima Assembleia.

O Delegado **Paulo Chora** solicitou que a Direção da FGP incluísse esta discussão na Ordem de Trabalhos da próxima AG, mesmo que não se façam eleições.

O Delegado **José Jesus** referiu que na última AG o ponto 1 já propunha a definição de um novo modelo de ajuizamento, mas não foi decidido porque não havia quórum. Uma vez que a Assembleia em decurso tem o quórum necessário poder-se-ia votar.

O **Presidente da Mesa da AG** esclareceu que tal não seria possível, porque o que se estava a aprovar era o regulamento e não a forma de composição.

O Delegado **Nuno Aniceto** inquiriu sobre como requerer a realização de uma AG e o **Presidente da Mesa da AG** leu o artigo em questão, perguntando de seguida se mais algum Delegado desejava usar da palavra.

O Delegado **Carlos Matias** referiu ser importante não “ferir” o espírito dos Delegados, correndo o risco de “ferir” a legislação, e por isso pensa que as “incompatibilidades” não se aplicarem aos Delegados permite que estejam presentes os representantes da sociedade civil na Organização.

Passou-se à votação dos Estatutos da FGP conforme proposta apresentada pela Direção, com o seguinte resultado:

Votos Contra - 0 (zero)

Abstenções – 0 (zero)

Votos a Favor – 25 (vinte e cinco)

Tendo sido a proposta aprovada por unanimidade.

O Delegado **António Agostinho** lembrou que teria que ser corrigida a data na capa dos Estatutos.

O Delegado **Paulo Chora** saudou a delegação da GAF na China e a delegação da Ginástica de Trampolins que se está a preparar para o Campeonato do Mundo e felicitar a ginasta Filipa Martins.

O Delegado **José Dias** realçou o desempenho da Ginástica Rítmica e posição alcançada nos primeiros 24 mundiais.

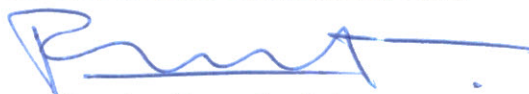
O **Presidente da Mesa da AG** lembrou que deveriam ser discutidas datas para a realização da próxima Assembleia Geral, propondo 6/7 ou 13/14 de Dezembro e o **Presidente da FGP** da sugeriu ser preferível o dia 29 de Novembro, o mesmo dia da Gala da Ginástica, a decorrer na Escola Secundária D. Diniz.

O Delegado **Carlos Matias** congratulou-se com os resultados alcançados pela Ginástica de Trampolins, nomeadamente pelo 1º lugar no Ranking Mundial de Trampolim Sincronizado e a Delegada **Ana Viseu** pelo resultado de campeão alcançado no CMGI.

O **Presidente da Mesa da AG** deu os parabéns a todos pelos bons resultados alcançados pela Ginástica.

Nada mais havendo a tratar, foi a AG declarada encerrada pelas 16.40 horas.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



Francisco Sousa Coutinho